

“Trata-se de uma meta compatível”

Elevar de 0,9% para 2% do Produto Interno Bruto (PIB) os investimentos em C&T é uma das principais metas do programa de governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Para os coordenadores do programa de Lula, não seria impossível alcançar esse patamar. “Não é um teto tão distante e nossa avaliação é que esse objetivo pode ser alcançado”, diz o físico Luis Pinguelli Rosa, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), redator do documento Ciência e Tecnologia para um Brasil Decente, que contém o programa petista para C&T.

Embora não cite números ou cifras, Pinguelli acredita que a meta é compatível com a política macro-econômica proposta pelo partido e com o orçamento público. Ele também não soube definir as ações que seriam adotadas para viabilizar o aumento dos investimentos em C&T. “Estas ações virão do setor econômico”, explica.

O físico diz que o patamar de 2% do PIB para C&T em quatro anos foi estabelecido pela própria ala de economistas do PT, depois de muitas avaliações. “Não é voluntarismo: trata-se de uma meta compatível com as relações internas do País”, afirma.

De acordo com Pinguelli, a área de C&T está sendo tratada como uma das prioridades de um eventual governo petista. “Ciência e tecnologia tornaram-se importantes fatores de produção, educação e geração de emprego”, avalia.

Além de prometer aumentar para 2% do PIB os investimentos no setor até o final do mandato, o candidato propõe “envolver de maneira permanente as universidades, instituições de pesquisa e empresas da área tecnológica



Lima Neto: valorizar os centros de excelência

na formulação das políticas de C&T”

Outro interlocutor importante do PT para C&T é o prefeito de São Carlos, Newton Lima Neto, que conhece as nuances da pesquisa e da universidade pública, porque foi reitor da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Diferentemente de Pinguelli, que não definiu prioridades específicas, ele diz que o PT acha “fundamental e urgente valorizar os chamados centros de excelência em pesquisa”.

“E preciso também articular a política de ciência e tecnologia com a questão educacional”, diz Lima Neto. “Queremos que cultura, ciência e educação caminhem juntas”, completa.

Segundo ele, uma das propostas é retomar o Sistema Federal de Ciência e Tecnologia.

“Seu papel será estimular os programas já existentes do setor público e privado e coordenar novas ações para fortalecer a ciência e a tecnologia”, explica.

“Apostar num ambiente novo”

Consolidar o projeto de inovação tecnológica é a principal meta do programa de governo de José Serra para o setor de C&T. Para isso, o programa prevê aumentar de 0,9% para 1,32% do Produto Interno Bruto (PIB) os investimentos em C&T. “Expandir para 1,32% o gasto em P&D no País é um desafio enorme. Exigirá uma forte prioridade da política de C&T&I”, disse em entrevista ao Jornal da Unicamp, por e-mail, o secretário executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Carlos Américo Pacheco, que coordena o programa de governo tucano para C&T. “Qualquer expansão acima desse limite é irrealista”, afirma. Pacheco diz que, para alcançar as metas estabelecidas, será necessário ampliar o gasto público em R\$ 2,5 bilhões nos próximos 4 anos e em R\$ 4,7 bilhões o gasto da empresas.

“No lado público, é possível alcançar esse número combinando ampliação dos gastos dos estados e da União”, garante Pacheco. “À União caberia aumentar o gasto em R\$ 1,7 bilhões e aos Estados em R\$ 800 milhões”, explica. Para chegar a este resultado, o programa tucano conta com uma ampliação nas receitas dos fundos setoriais (R\$ 300 milhões) e dos fundos de saúde e agronegócios (R\$ 500 milhões), além de um aumento nos orçamentos de bolsas (R\$ 300 milhões) e de estatais (R\$ 600 milhões).

“Essa política só é compatível com um enorme incentivo ao gasto privado”, diz Pacheco. Para isso, segundo ele, o programa de Serra combina a aplicação dos novos instrumentos aprovados pela Lei 10.332/01 e recém-regulamentados (equalização de taxas de juros, subvenção e incentivo à capital de risco) e a Medida Provisória 66, que concede isenção do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica para os gastos das empresas com P&D. “Além desses incentivos, políticas setoriais específicas, nos moldes da polí-



Pacheco: articulação universidade-empresa

tica de informática (renúncia condicionada) serão adotadas em setores intensivos em P&D”, explica.

Para Pacheco, a grande prioridade para os próximos anos é uma forte articulação universidade-empresa visando o desenvolvimento. “Não uma cooperação que se iluda pensando que a universidade pode substituir as empresas, ou se transformar em departamento de P&D das empresas, mas uma articulação que supere as distâncias que ainda existem entre esses dois universos”, diz.

“Essa é tarefa mais complexa e mais importante, pois vai muito além da simples alocação de recursos. Mudar a cultura empresarial, introduzir a inovação como componente da estratégia de competitividade, apostar num ambiente novo, criar externalidades (como os 5 Parques Tecnológicos propostos no Programa) irão exigir mudanças institucionais importantes. E muita articulação e entendimento entre os distintos atores”.

As propostas de Lula

- 1) A política de C&T será tratada como um problema de Estado e não só de governo.
- 2) O Estado terá papel indutor estratégico essencial na política de C&T.
- 3) Vamos recuperar e aprimorar o Sistema Federal de C&T.
- 4) Os gastos em C&T não serão tratados apenas como custos correntes, mas como investimento num futuro melhor.
- 5) A vocação para a pesquisa da universidade pública será fortalecida.
- 6) As Políticas industrial, agropecuária e de serviços serão articuladas às de C&T

- 7) Serão implementados processos e mecanismos para a democratização das decisões em C&T em todos os níveis, envolvendo a comunidade científica e tecnológica e representantes da sociedade.
- 8) Adotaremos uma política externa de cooperação internacional, respeitando direitos assumidos por todos, mas atuará com decisão se contrapondo às legislações restritivas e lesivas aos interesses nacionais.
- 9) O ensino de ciências no país será melhorado e o governo estabelecerá um Programa Nacional de Popularização da Ciência, envolvendo instituições científicas, universidades, centros e museus de ciência.

10) Será criado um programa emergência para a recuperação da infra-estrutura de ciência e tecnologia, para evitar maiores perdas no potencial de que o país ainda dispõe.

As propostas de Serra

- 1) Ampliar o gasto total (público e privado) em pesquisa e desenvolvimento como proporção do PIB de 1% em 2002 para 1,32% em 2006.
- 2) Ampliar o gasto público em pesquisa e desenvolvimento dos atuais R\$ 8,5 bilhões para mais de R\$ 11 bilhões em 2006.
- 3) Garantir as condições para que o gasto privado em pesquisa e desenvolvimento cresça dos atuais R\$ 5 bilhões para mais de R\$ 9,7 bilhões até 2006.
- 4) Atingir em quatro anos a concessão anual de 1 bilhão nas linhas de crédito equalizado para atividades de Pesquisa&Desenvolvimento.
- 5) Reforçar os recursos da Finep, através de aportes do FND - Fundo Nacional de Desenvolvimento - e de outras fontes.
- 6) Fortalecer os programas específicos de suporte à inovação voltados à exportação, como Progex (Programa de Apoio Tecnológico à Exportação), ampliando sua base de atuação regional e o número de setores e empresas atendidas.
- 7) Estruturar pelo menos 100 grandes projetos mobilizadores e estratégicos entre universidades e empresas, na forma de consórcios pré-competitivos, redes e arranjos institucionais novos de suporte à competitividade.
- 8) Reforçar o projeto Inovar da Finep, ampliando as ações de sua incubadora de fundos, do portal Capital de Risco Brasil e da rede Inovar de prospecção e desenvolvimento de negócios.
- 9) Selecionar e apoiar a implantação de cinco grandes parques tecnológicos no país.
- 10) Ampliar dos atuais 100 para 200 Arranjos Produtivos Locais (Sistemas Locais de Inovação) apoiados pelo Ministério de Ciência e Tecnologia.

As propostas da SBPC

O Ministério da C&T precisa assumir de fato a coordenação e o planejamento dos programas e ações em ciência, tecnologia e inovação em todo o governo federal, articulando a política de desenvolvimento científico e tecnológico com políticas setoriais, notadamente a industrial. Para isso será necessário institucionalizar o CCT (Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia) e encontrar um papel claro para o CGEE (Centro de Gestão e Estudos Estratégicos).

Restaurar a capacidade do CNPq para financiar o trabalho dos pesquisadores e dos pequenos grupos de pesquisa, assegurando a liberdade temática da pesquisa e estimulando o crescimento científico em todas as áreas do conhecimento.

É fundamental manter os programas de C&T e de formação de recursos humanos, acesso, difusão (programas de periódicos) e divulgação científica (Centros e Museus de Ciência) institucionalizados nas agências federais e estaduais de fomento a fim de permitir a regularidade do financiamento, condição básica para o fortalecimento do parque científico instalado no país.

Impõe-se restabelecer o diálogo dos diferentes ministérios envolvidos com as agências de formação de recursos humanos (Capes e CNPq), de forma a permitir o aperfeiçoamento e o crescimento harmônico do sistema de pós-graduação e pesquisa.

É inadiável promover mecanismos de gestão e de fomento adequados às áreas estratégicas de pesquisa acadêmica e de inovação tecnológica em setores voltados para as atividades sociais, como forma de promover a melhoria da qualidade de vida das populações.

A comunidade científica, reunida em torno da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, considera essencial que o novo governo do país dê prioridade no campo da Ciência e Tecnologia, às seguintes questões críticas:

Restabelecido o crescimento do fomento do CNPq e a ampliação do sistema de formação de Recursos Humanos, será importante assegurar os orçamentos dos Fundos Setoriais no período de 2003 a 2006 e a sua execução como forma de permitir o crescimento sustentado do sistema de C&T.

Será importante rever o dispositivo legal que atribui ao Fundo de Infra-estrutura, o valor de 20% do montante dos Fundos Setoriais como forma de possibilitar um desenvolvimento mais harmônico de C&T, cuja experiência acumulada entre 2001 e 2002 mostra que este percentual deve ser, no mínimo de 40%.

Torna-se necessário operacionalizar o Conselho Diretor do FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia), com atribuições efetivas de exame e aprovação das propostas pelos gestores dos Fundos Setoriais, atualmente em fase de aprovação no Congresso Nacional, como forma de controle social dos recursos alocados pelos diferentes Fundos Setoriais.

Incrementar as ações cooperativas das agências federais com as estaduais e as municipais promovendo a descentralização, a ampliação e o equilíbrio dinâmico do sistema de C&T no país.

O país necessita de uma política industrial articulada com o sistema brasileiro de C&T e Inovação, de forma que o setor produtivo seja estimulado a realizar pesquisa e desenvolvimento para a renovação dos produtos e aumento de sua competitividade.

É necessário portanto, fortalecer o papel da Finep como financiadora da inovação nas empresas de base tecnológica, em áreas consideradas prioritárias para o desenvolvimento nacional.